



Lemos o texto proposto pela comissão autárquica, para o encontro dos dias 1 e 2 de Dezembro e resolvemos escrever este texto.

Na primeira parte, comentamos o texto referido e na segunda parte, apresentamos o que devem ser, em nossa opinião, os assuntos a reflectir no encontro marcado.

Importa como nota prévia, esclarecer que somos (como já se tornou tradição) contra a metodologia adoptada. Em nossa opinião só a prática inverte o status quo – deveriam ser as estruturas locais a debater inicialmente, ficando o encontro nacional para a síntese. Sabemos que houve, antes da convenção, encontros regionais – onde estão as conclusões? Para que serviram? Um outro aspecto prévio para o qual queremos chamar a atenção: consideramos que o modelo de palestra, que vem sendo adoptado nas iniciativas do Bloco de Esquerda, não é a forma que conduza à indispensável troca de experiências entre autarcas.

Apesar do que fica expresso e porque aceitamos as decisões maioritarias, aqui fica o nosso contributo.

Na generalidade, como usam dizer, não temos nada contra... NEM A FAVOR: Consideramos o texto pobre, contraditório e ausente de proposta.

POBRE – porque não aborda as reais dificuldades que os autarcas bloquistas têm enfrentado, ao “lançar” o balanço para os locais e o futuro, deixa-se por abordar a realidade muitíssimo dispar do desempenho. Só se apresentam os “casos de sucesso”, em nossa opinião muito minoritários. Deveríamos ser capazes de assumir as incapacidades, as incoerências, as limitações, para procurarmos, com exigência, as soluções!

O Caso Sá Fernandes, foi tão excepcional que nem mesmo os autores do texto se atrevem a outros exemplos concretos. Limitam-se à generalização “os autarcas são vistos como os que não se calam perante as negociatas.” - Onde mais denunciámos, com exito, negociatas? Aquela máxima que já ouvimos em reuniões bloquistas de “não largar o osso”, obriga a muita persistência, meios consideráveis e tempo, tempo e mais tempo...

CONTRADITÓRIO – porque assumindo claramente a postura pré-eleitoral de não fazer coligações é completamente equívoco no que se refere ao pós-eleitoral, esquecendo que foi exactamente no pós-eleitoral que se deixou por definir claramente em que condições e por que motivos o Bloco de Esquerda ou os que integrem as suas listas podem / devem assumir coligações em executivos. Ora esta discussão tem de ser feita com clareza para não permitir repetidos equívocos com os independentes. CONTRADITÓRIO – ainda; porque o conceito de “protagonismos cidadãos” é em si mesmo muito

resvaladiço. Não se pode cair no erro que as forças políticas do sistema “usam” desde à muito – personalidades conhecidas “com vontade de ficar na fotografia” - não tem nada a ver com inclusão de cidadãos empenhados em ajudar a mudar a realidade do local onde vivem e trabalham. É evidentemente, o inverso da necessidade do Bloco de Esquerda de ser “mola propulsora” da participação cidadã. Os bloquistas parecem estar a esquecer que sem os cidadãos na actividade política, a nossa razão de ser perde a sua causa de excelência.

AUSENTE DE PROPOSTA – porque escrever títulos “pelo ambiente e pela transparência” é claramente o contrário do que sempre assumimos como o caminho bloquista.

Ambiente; as jornadas deixaram material que pode / deve ser passado para propostas concretas nos locais – somos capazes de fazer isto? Sabemos? que assessorias precisamos? Que orientações nos faltam? Como coordenamos esse trabalho para que o dispêndio de energia seja o mínimo com o máximo efeito? Ou seja, como tirar partido de experiências boas e fazer com que elas cheguem, a tempo, a outros?

Transparência; a legislação autárquica e os acordos implícitos / explícitos entre os partidos do sistema fazem com que nada realmente mude, mesmo quando “toda a gente” sabe o que está a acontecer. - Sá Fernandes não denunciou “uma das maiores operações de sempre de sujeição dos poderes municipais aos interesses privados e do clientelismo partidário” – apenas foi o ÚNICO a fazê-lo com resultados efectivos. As câmaras do país estão peçadas de casos com igual impacto na vida local... Só que não temos os meios indispensáveis para procurar até ao âmago!

Esta é em nossa opinião, uma questão central da actividade autárquica. Porque se os bloquistas não forem capazes de vencer a guerra anti-corrupção, então o seu trabalho não produzirá verdadeira alteração na vivência local e as pessoas julgarão, a prazo, que somos apenas “mais do mesmo”!

No aspecto particular do Funchal; sabendo nós que o argumento repetidamente aduzido, é de que não conhecemos a realidade madeirense. Mesmo assim vamos lembrando que: falta de democracia e das liberdades não é apanágio exclusivo de Alberto João.

Para nós a questão deveria ser colocada ao inverso. O Bloco de Esquerda assume o seu nascimento como a necessidade de apresentar alternativa efectiva ao centrão. Talvez que o Jardim tenha ficado tantos anos porque do outro lado as propostas não eram “grande coisa”... apenas talvez.

Dando um pouco mais de “corpo” às linhas gerais que apresentámos na última convenção, queremos colocar 3 aspectos concretos, que, em nossa opinião, não podem continuar a ser generalidades: estruturação dos autarcas e apoios indispensáveis; alterações legislativas urgentes; caracterização da integração de independentes e constituição de listas.



ESTRUTURAÇÃO DOS AUTARCAS E APOIOS INDISPENSÁVEIS

O balanço da nova comissão autárquica não deve ser feito neste momento, mas temos de dizer que a edição de uma brochura e a decisão de destacar um assessor jurídico para o trabalho autárquico, é manifestamente pouco para 2 anos de actividade. Saudamos a área pública na página da internet, mas consideramos que se deveria encontrar um processo de colocar em rede os autarcas. Qualquer coisa do tipo do que se fez com a mesa nacional, concretizar a lógica de rede para que seja fácil trocar experiências, pedir ajuda, conseguir coordenação de temas.

Entendemos como vital a lógica de coordenação e apoio local (não temos informação exhaustiva, mas estamos convictos de que a maior parte dos eleitos bloquistas, sobretudo no nível das freguesias, tem estado “por sua conta”). Se a organização política serve para alguma coisa é exactamente para que tal não aconteça. Um autarca tem de ter a informação e o apoio que lhe permita “digerir” as toneladas de papeis e seleccionar o que interessa. Esta necessidade tem dois sentidos; a estrutura do Bloco de Esquerda – por razões de credibilidade, mas sobretudo porque o compromisso eleitoral tem como objectivo potenciar o trabalho de participação local – tem de possuir informação sobre o que faz ou não faz cada um dos seus representantes.

Partilhamos o conceito de que somos uma organização de causas, mas se nos esquecemos que as causas têm um fio condutor que é a transformação social e a participação das pessoas, então limitarmos-nos a “navegar à vista” – causa atrás de causa sem direcção!

As coordenadoras concelhias ou distritais não podem “basta-se a si próprias”, substituindo-se aos activistas para não terem de enfrentar o contraditório e a discussão. É indispensável “inventar” os tempos para o debate local, para o contacto com cada um e o conjunto dos activistas ou ficaremos cada um para o seu lado sem “produção efectiva da transformação social”.

Outro aspecto que não pode ser esquecido é o de não fazermos apenas iniciativas centrais que procuramos desmultiplicar por muitos locais – tipo jornadas ambientais. Em nossa opinião o Bloco de Esquerda tem de ser puroso às questões que “aparecendo” num local, só conseguem ganhar amplitude e encontrar caminho de enfrentamento com o sistema se forem “acarinhas” por uma organização política nacional capaz de radicalizar e “ler” as razões que assistem às populações, sem cuidar de calendários “úteis” – tipo luta contra a alta tensão em zonas habitadas.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS URGENTES

Parece-nos que a grande limitação do trabalho autárquico em termos do país é a própria ineficácia



das leis.

Um caso paradigmático, pelo qual fomos surpreendidos – a apresentação e votação por maioria de dois terços, de uma moção de censura a um executivo minoritário, não produz realmente nenhum efeito. Ou seja não serve senão como instrumento de combate político. É uma incongruência em relação à qual o Bloco de Esquerda tem de propôr regulamentação clarificadora.

Ao longo do mandato e em trocas de opiniões diversas, bem como no próprio debate público; fica cada vez mais claro que a questão dos executivos minoritários versus poder de fiscalização das assembleias, tem de ser assunto aprofundado no interior do Bloco de Esquerda. Reconhecemos que existem argumentos contraditórios, mas não podemos “esconder a cabeça”. O assunto será alvo de decisão brevemente e os autarcas bloquistas terão de ter feito internamente o debate necessário para saberem optar.

A situação dos presidentes das juntas de freguesia nas assembleias municipais, está mais que visto, que é factor de adulteração das votações – se dependem directamente das decisões do respectivo presidente de câmara, até por motivos eleitorais, ficam manietados na sua independência. Percebemos por razões de informação, que devem aí ter acento, mas não poderão continuar a ter direito de voto. Sujeito a um debate mais alargado, mas inclinamo-nos para que a lei deveria viabilizar executivos minoritários, alterando simultaneamente o real poder de fiscalização das assembleias. Ou seja poder-se-ia por este processo, realizar duas reformas vitais – garantir a governabilidade sem os esquivos acordo interpartidários (assumidos ou não) e dignificar-se-ia as assembleias, ultrapassando a mera “figura decorativa” que hoje efectivamente são. A força política que ganhasse ficaria por sua conta, sem alibis nem conivências, as oposições teriam de trabalhar para mostrar que seriam capazes de fazer diferente e melhor!

CARACTERIZAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DE INDEPENDENTES E CONSTITUIÇÃO DE LISTAS

Na primeira parte do nosso texto já aduzimos argumentação que é a base do nosso critério. Os bloquistas têm um projecto, mas ele deve ser integrador e ganha tudo em se abrir à participação de activistas locais. Antes da decisão definitiva, deveríamos ser capazes de avaliar os resultados das integrações efectuadas à 2 anos, porque aí encontraremos seguramente os vectores positivos e os que foram completamente gorados.

Claro que as intenções das pessoas não estão estampadas na cara e fundamentalmente, não depende só da vontade de cada um, atingir ou não os objectivos. Mas até também por estas duas razões; é indispensável delimitar as responsabilidades e os compromissos de parte a parte. Não somos favoráveis



à regulamentação artificial, mas propomos que se vá progressivamente, durante o próximo ano, formulando uma espécie de caderno de encargos, que balize relacionamentos que sempre terão contornos particulares.

As estruturas locais têm de garantir uma funcionalidade onde se debata regularmente (pelo menos 2 vezes por ano - na preparação dos orçamentos e no balanço do ano) as questões em apreço e se coordene atitudes e propostas.

Há 2 anos as listas foram feitas numa lógica de tentar chegar a todo o lado. Sabemos que é da quantidade que surge a qualidade mas tem de haver critérios. A atitude de estabelecer as hierarquias de decisão, sem termos sequer debatido os enquadramentos, os balanços, os resultados, continua uma linha de conduta que parece estar a enraizar-se no Bloco de Esquerda e que é cada vez mais mimética dos partidos institucionais.

A pressão do momento pré-elitoral não se mostrou boa conselheira. É importante surgirmos como uma força nacional, mas até pela marca distintiva do Bloco de Esquerda é indispensável fugir à constituição de listas sem que as mesmas tenham, pelo menos 3 ou 4 pessoas que garantam rotatividade, que conheçam o local e que efectivamente tenham propostas alternativas, importa garantir o compromisso explícito de continuidade de trabalho.

Esta caracterização deve ser extensiva aos independentes, conceito muito escorregadio e que não poucas vezes esconde situações bem diversas do activismo participado da cidadãnia. Consideramos que as listas eleitorais têm de ser olhadas na perspectiva do trabalho local, em continuidade, devendo manter as propostas e a participação independentemente de haver ou não eleitos – a presença regular em assembleias e reuniões abertas dos órgãos autárquicos é uma ferramenta importante que potencia informação.

Helena Carmo e Teodósio Alcobia